

# Documentos Previsionais 2012

Grandes Opções do Plano e Orçamento

**Município de Sabrosa**  
**02-12-2011**

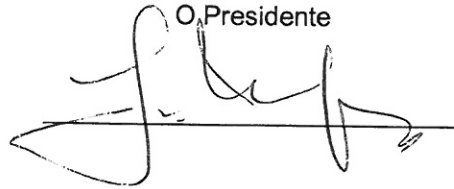


CÂMARA MUNICIPAL DE SABROSA  
Reunião Ordinária do Executivo de 06/12/2011

Deliberação

**Aprovado por unanimidade bem como submeter à apreciação da Assembleia Municipal**

O Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom, positioned below the text 'O Presidente'.

# Documentos Previsionais 2012

## Grandes Opções do Plano e Orçamento



### Relatório

Cumprindo o disposto na alínea c), do n.º2, do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, vimos submeter à apreciação e aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Relevantes) e Orçamento para 2012.

A construção de um orçamento é sempre um momento de reflexão e partilha das preocupações que constituem a gestão pública do concelho. Mas este, em particular, é um grande desafio, uma vez que enfrentamos uma mudança substancial das condições económicas e financeiras do país e o aumento da imprevisibilidade das mesmas.

Os vectores de orientação ainda não estão suficientemente clarificados, e não se jogam à escala nacional. Durante este mês serão tomadas decisões, no seio da União Europeia, que, de uma maneira ou de outra, afectarão o curso das democracias europeias e, por maioria de razão, nos afectarão a nós de forma decisiva.

Com aspectos importantes por esclarecer – seja a eventual alteração das condições de pagamento do serviço da dívida portuguesa, ou os mecanismos e prazo de refinanciamento das economias torna-se, de facto, mais difícil prever os cenários e o comportamento dos principais indicadores macroeconómicos do país, e claro, mais difícil o exercício de construção de um orçamento realista, prudente, seguro, e que atenda às prioridades estratégicas do concelho.

Desta forma, pensámos que, uma vez que as condições que o país atravessa são em tudo extraordinárias, deveríamos lançar mão de mais mecanismos de redução de despesa. 2012 reforçará os níveis de controlo da despesa pública do município seja em despesas de investimento (que se traduz de forma relevante na redução dos montantes previstos no Plano Plurianual de Investimentos) ou em matéria de despesas correntes.

Este imperativo aplica-se também às transferências efectuadas pelo município para outras entidades públicas e privadas. Traduzirá ainda uma redução desse nível de transferências numa proporção igual à que se operou entre o Estado e o Município de Sabrosa, uma vez que não podemos equacionar estratégias conjuntas e eficientes sem o mínimo de sustentabilidade para as concretizar.

Este esforço de redução recairá também nas despesas correntes da Câmara. Entre outros temos o exemplo da poupança em electricidade, da diminuição de despesas com fornecimentos correntes, sobretudo consumíveis e economato, necessidade que decorre da diminuição do orçamento municipal por via das transferências do Estado e pelo aumento do custo de vida – já há algum tempo que não tínhamos uma taxa de inflação acima dos três pontos percentuais – e cortes cumulativos das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Apesar desta previsão de forte contenção de despesas acreditamos não fazer perigar os níveis de qualidade dos diferentes serviços do município, tendo tido preocupação de reorganizar alguns sectores importantes.

Como é sabido, a Câmara declinou o contrato de delegação de competências em matéria de transferência de Pessoal não Docente. O facto de o ter feito implica uma diminuição de despesa nesta rubrica orçamental por parte do município. Mas isso não implica que essa despesa não tenha de ser suportada pelo Ministério da Educação. Foi nossa convicção a de que, reunida a informação técnica para esta avaliação, o município de Sabrosa não poderia, face às condições financeiras actuais, manter o nível de apoio em termos de Pessoal não Docente e outros encargos a ele associados que manteve em anos anteriores. Certos de que a Direcção Regional de Educação do Norte e o Ministério da Educação

# Documentos Previsionais 2012

## Grandes Opções do Plano e Orçamento



estão empenhados na manutenção da qualidade do serviço prestado, julgamos ter tomado a melhor opção.

Simultaneamente, teremos de iniciar um conjunto de medidas para melhorar a arrecadação de receita, designadamente a nível dos preços e taxas a vigorar em 2012.

Também queremos aqui sublinhar a importância, a todos os níveis, da delegação de competências nas Juntas de Freguesia em matéria de transportes escolares e em matéria de componente de apoio à família, uma vez que traduzem uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Mas por se tratar não de um ano, mas de um período, cuja duração julgamos ninguém ter capacidade de determinar sem erro, entendemos também que seguramente se nos coloca com mais responsabilidade ainda a gestão da utilização dos fundos comunitários, sobretudo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. E, nesta matéria, entendemos ser de igual modo prudente assegurar suficientes dotações para, caso as condições do país e do município de Sabrosa o permitam, utilizar, garantindo assim um mais justo equilíbrio da repartição desses mesmos fundos na Região do Norte.

Acreditamos que é fundamental o efeito multiplicador do investimento público na economia, sobretudo na economia local e regional. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional trata de apoiar investimento público de qualidade em regiões europeias desfavorecidas. Com base na estratégia de desenvolvimento local do concelho julgamos estarem reunidas as condições para o financiamento comunitário na importante área da regeneração urbana, cujo principal objectivo é a qualificação do espaço público e ambiente urbano, desenvolvimento económico, social e cultural. Este investimento será realizado, apenas, se se concretizar um conjunto de factores, designadamente se for aceite a alteração da Operação de Regeneração e Capacitação do Centro Histórico de Sabrosa, a qual diminuiu o custo do projecto e permitiu a inclusão de investimento já realizado pelo município de Sabrosa.

Em síntese, gostaríamos de referir que o orçamento cumpre o princípio do equilíbrio que estipula o POCAL, prevendo os recursos necessários para todas as despesas, sendo as receitas correntes pelo menos iguais às despesas correntes.

Dotações	Correntes	Capital	Total
Receitas	7.034.318,47€	5.322.916,93€	12.357.235,40€
Despesas	7.034.318,47€	5.322.916,93€	12.357.235,40€

Dos valores apresentados sublinha-se a diminuição das dotações globais definidas para 2012 em mais de 2.600.000,00€, traduzindo um esforço de ajustamento ao contexto económico e financeiro actual, não condicionando totalmente, como se disse, as possibilidades de investimento com recurso a fundos não reembolsáveis. Por último, gostaríamos de reforçar a ideia de que os desafios constituem oportunidades, sendo que Equipa que lidero continuará ao serviço das nossas populações, tendo como missão a melhoria das suas condições de vida.

Paços do Concelho, 2 de Dezembro de 2011

O Presidente da Câmara,

José Manuel de Carvalho Marques

# Documentos Previsionais 2012

Grandes Opções do Plano e Orçamento



## Índice

Relatório

Resumo do Orçamento

Resumo da Despesa e da Receita

Orçamento

Receita

Despesa

Grandes Opções do Plano

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Plano das Actividades Mais Relevantes (PAM)

Mapa de Empréstimos

Mapa de Pessoal